

## **Os interpretantes e a abertura do sentido.**

Sandoval Moura Silva Junior

Especializando / UFMG / Filosofia

Fazer um estudo de Kant é um desafio, tendo em vista que nos deparamos com um autor clássico, com problemas clássicos. Se pensarmos que seus escritos foram explorados exhaustivamente e que não podemos mais interpretar e dali retirar elementos para uma nova reflexão, reduziremos todo e qualquer estudo em esforço para o nada, um gasto de energia desnecessária.

Todavia, este sistema arquitetonicamente estruturado em proposições articuladas em torno de um princípio, permite um entrelaçamento entre os elementos que o constituem de modo que se pode tomar qualquer um dos elementos do sistema para abordar os restantes e alcançar a compreensão da totalidade de sua articulação (BONACCINI, 2003).

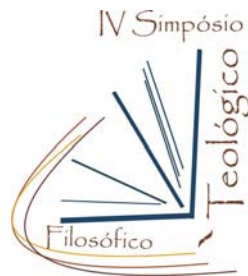
O que significa dizer que, o privilégio dado ao elemento de partida para a reflexão é que determina o resultado. Não é dizer esta ou aquela é a melhor interpretação de Kant. O grau de importância que uma interpretação tem só parece problemático quando esquecemos que cada elemento de análise possui um lugar epistêmico especial dentro do conjunto do todo.

Passaremos de uma análise do principal problema enfrentado por Kant e chegando a resolução proposta por ele, teremos mais adiante contato com alguns termos e alguns argumentos, o que nos permitirá chegar a uma questão problema para nosso trabalho.

A grande dificuldade enfrentada por Kant vem sem dúvida da metafísica. O descrédito, o fracasso pelo qual passava, uma porção de idéias, sistemas, com opiniões contrárias e que comportavam uma mesma pretensão. Temos que pensar que o problema de Kant não estava na situação da metafísica, mas o problema estava no princípio que move a metafísica, que não possuía critérios objetivos acerca do seu objeto e de seu procedimento. O problema, podemos resumir, não está em apresentar critérios universalmente válidos e um método aceito por todos para que a metafísica siga o percurso seguro de uma ciência, o problema está nas contradições e desajustes que o princípio metafísico comporta.

Uma série de antinomias é criada quando a metafísica, fazendo uso da razão, procura responder a questões que vão além da experiência. Para Kant a metafísica, de modo geral, caracteriza-se por um conhecimento que está 'além da experiência'. Um conhecimento então, cuja validade seja a priori, tendo em vista que não pode fazer parte da experiência ou por esta desmentido.

Resolver as antinomias da metafísica é um meio de dizer que a razão possui uma consistência, e que podemos confiar nela como juiz em todos os casos. O embate ao qual Kant está preso requer-lhe, para salvar a razão, provar que a metafísica pode ser uma ciência.



Para tanto, Kant quer demonstrar a “possibilidade de um conhecimento a priori dos objetos da experiência”. Aqui se apresenta um primeiro ato estratégico de Kant, como ter um conhecimento puro dos objetos que poderiam ser dados empiricamente. A diferença com a metafísica tradicional está em que a razão não conhece algo a priori enquanto objetos inteligíveis, mas enquanto objetos da experiência.

O método empregado por Kant está em investigar as fontes do conhecimento da razão para saber o que ela pode ou não pode conhecer *a priori*. Essa investigação torna-se necessária para que Kant não caia nos mesmos erros que caíram os metafísicos. Os metafísicos ultrapassavam os limites da experiência e fundavam seus conceitos em um dogma, pois não se questionam se realmente é possível um conhecimento além da experiência.

Um ponto de partida que estimulou os dogmáticos na formulação de suas premissas, era o êxito da matemática no conhecimento *a priori*. Os metafísicos entendiam que as proposições matemáticas eram analíticas, e que, portanto, produziam novo conhecimento, e por analogia, a razão também percorreria tal caminho. Faltou perceber que analiticamente não se produz novo conhecimento, o que acontece é uma decomposição de conteúdo conceitual. Os princípios matemáticos procedem segundo o princípio de não-contradição, não significa dizer que os axiomas sejam conhecidos da mesma forma. O método dedutivo é analítico, e toda análise precisa de um conceito e este pressupõe algo que se refere, o princípio deve fundar-se num conhecimento do objeto, que pode ser dado somente intuitivamente. E como os axiomas possuem validade universal, e este conhecimento não pode ser dado por uma intuição empírica, chega-se a conclusão de porque a matemática funda-se da intuição pura. (BONACCINI, 2003)

O conhecimento que está presente na matemática parte da intuição, o que permite dizer que seus princípios não são analíticos, suas proposições são sintéticas, é retirada de uma proposição fundamental um predicado, não de forma analítica, e pelo caráter de universalidade e necessidade que uma proposição fundamental comporta, não pode ser obtida da experiência, o que nos obriga aceitar que as proposições fundamentais matemáticas são sintéticas *a priori*.

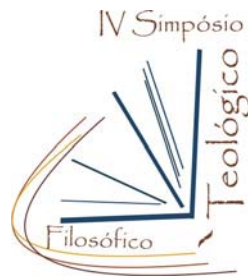
Partiu-se<sup>1</sup> de uma analogia com o sucesso da matemática sem um real conhecimento de seus princípios. Não podemos crer num conhecimento essencialista dos objetos, uma vez que a intuição sensível nos permite somente possuir uma forma que serve como base para a construção simbólica ou ostensiva dos conhecimentos matemáticos.

É dentro desta realidade que Kant responde de forma negativa quando se pergunta sobre o conhecimento a priori das coisas tal como elas são em si mesmas.

A razão possui um plano, e somente compreende o que produz. Compreender o funcionamento desta forma ajudou Kant a perceber que não participamos do conhecimento de forma passiva diante os objetos. A razão impõe seu plano ao

---

<sup>1</sup> Os metafísicos dogmáticos.



mundo que está conhecendo, é a grande virada metafísica, a revolução copernicana. Os objetos e a experiência na qual posso conhecê-los são regulados pelos conceitos (a priori). Com isso, dizemos que conhecemos a priori aquilo que nós mesmos colocamos nas coisas, que são as intuições e conceitos puros. Podemos não conhecer a priori as coisas em si mesmas, mas conhecemos algo a priori sobre as coisas tal como as experimentamos. As coisas aparecem e eu as regulo conforme minhas regras. Nota-se aqui que existe um tratamento diferente em relação ao objeto, sendo tratado como fenômeno, aquilo que recebe 'certas' configurações quando dado em uma experiência, e o objeto como coisa em si, ou seja, independente das configurações que recebe a priori pela faculdade do conhecimento humano.

O que conhecemos são os fenômenos, pois se regulam às minhas faculdades de conhecimento, mas podemos pensar as coisas como reais, uma vez que seria um desastre pensar que existiriam aparições sem algo que realmente aparecesse.

Fenômenos e coisa em si, o que são? Será possível possuir, de alguma forma, um conhecimento da coisa em si, ou realmente temos alcance aos objetos pela afecção do fenômeno, pela representação?

O presente trabalho fará uma investigação acerca desta problemática, percorrendo linha de pensamento de Kant, com o auxílio de Henry Allison. Buscaremos nesta teia conceitual os pontos e as emendas que nos possibilitem responder a questão.

## 1- OBJETIVOS

### Objetivo Geral:

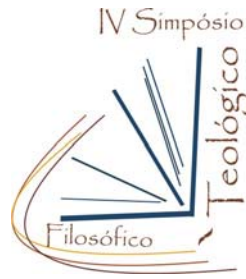
- \* Analisar a partir da Crítica da Razão Pura, os elementos que fazem parte da constituição do conhecimento para Kant;

### Objetivos específicos:

- \* Identificar e compreender qual a função das categorias na constituição do conhecimento;
- \* Analisar qual o papel exerce os sentidos e o entendimento no processo de formação do conhecimento;
- \* Identificar o conceito de fenômeno e coisa em si, buscando compreender como se dá a relação o objeto do conhecimento e o conhecimento após uma afecção do mesmo;
- \* Buscar na leitura de Allison elementos que auxiliem na compreensão da diferenciação entre empírico e transcendental;

## 2- METAS

- \* Elaborar um artigo e uma monografia sobre a temática, com objetivo de construir bases para uma reflexão no doutorado;



\* Continuar discutindo sobre como conhecemos, quais são os elementos do conhecimento, o que conhecemos.

## JUSTIFICATIVA

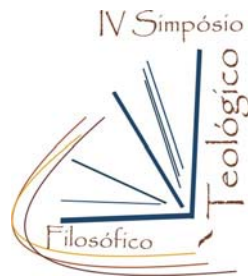
Procuramos pensar na reflexão anterior o caminho de discussões e reflexões que levaram Kant a edificar um monumento dedicado à razão, a razão pura. Existe uma distinção entre o objeto pensado como objeto dos sentidos, *fenômeno*, e o objeto considerado como coisa em si emerge como uma alternativa que explica a possibilidade de um conhecimento a priori dos objetos. A estratégia utilizada por Kant valida argumentos seja de empiristas (donde a experiência é um ponto de partida para o conhecimento), seja dos racionalistas (com a possibilidade de um conhecimento a priori).

“Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa na experiência; do contrário, por meio do que a faculdade de conhecimento deveria ser despertada para o exercício senão através dos objetos que toquem nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento para compará-las, conectá-las ou separá-las e, desse modo, assimilar a matéria bruta das impressões sensíveis a um conhecimento dos objetos que se chama experiência? Segundo o tempo, portanto, nenhum conhecimento em nós precede a experiência, e todo o conhecimento começa com ela.

Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas provocada por impressões sensíveis) fornece de si mesma, cujo aditamento não distinguimos daquela / matéria-prima antes que um longo exercício nos tenha chamado a atenção para ele e nos tenha tornado aptos a abstrair-lo.” (CRP B1/2)

Para Kant a experiência é uma das ‘faces’ do conhecimento, se fosse o próprio subsídio do conhecimento não haveria espaço para um conhecimento a priori dos objetos da experiência, e também negaria os juízos universais e necessários nas ciências. Neste caso é necessário ler que o conhecimento parte da experiência, mas não necessariamente tem sua origem nela.

Trabalhamos aqui com a idéia de que a experiência mune o conhecimento com a matéria e a razão fornece os princípios e conceitos que a organizam. Conforme BONACCINI (2003), o entendimento elabora o material fornecido



pela sensação, aplica conceitos puros que encontra a priori em si mesmo por ocasião das representações provocadas pelos objetos que afetam os sentidos. O entendimento para Kant não se refere diretamente a impressões ou sensações, mas a intuições, espaço e tempo contêm um múltiplo da intuição pura a priori e, não obstante, fazem parte das condições da receptividade da nossa mente, unicamente sob as quais esta pode acolher representações de objetos que portanto também têm sempre que afetar o conceito de tais objetos (CRP. B102). Nota-se que a experiência pode ser vista em primeiro como afecção por parte do objeto que modifica o sujeito, e segundo como um conhecimento empírico quando o entendimento elabora a matéria das sensações. “Intuição / sensível é ou intuição pura (espaço e tempo) ou intuição empírica daquilo que, mediante a sensação é apresentado imediatamente como real no espaço e no tempo” (CRP B147)

A intuição é uma referência imediata do nosso conhecimento aos objetos. Quando se fala em referência imediata, esta é sensível e não intelectual. Na Crítica da Razão Pura, vemos como Kant trata a questão da afecção do objeto a nossa mente.

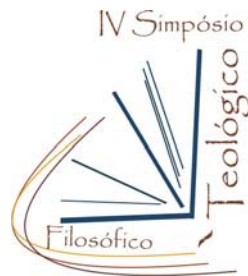
“(…) tanto é necessário tornar os conceitos sensíveis (isto é, acrescentar-lhes o objeto na intuição) quanto tornar as suas intuições compreensíveis (isto é, pô-las sob conceitos). Estas duas faculdades ou capacidades também não podem trocar as suas funções. O entendimento nada pode intuir e os sentidos nada pensar. O conhecimento só pode surgir da sua reunião”. (CRP B76)

A sensibilidade é a capacidade com a qual se recebe a representação através do modo como somos afetados pelos objetos, conforme descrito em CRP B34. As propriedades (espaço/tempo) que se encontram em nossa mente, possuem a capacidade de representar o objeto fora de nós e a si mesmo. O espaço é a forma do sentido externo, uma forma na qual as sensações do objeto seriam recebidas e ordenadas. O tempo é forma interna, determinações internas representadas por relações temporais.

“Mediante o sentido externo (uma propriedade da nossa mente) representamo-nos objetos como fora de nós e todos juntos no espaço. Neste são determinadas ou determináveis as suas figuras, magnitude e relação recíproca. O sentido interno, mediante o qual a mente intui a si mesma ou seu próprio estado interno, na verdade não proporciona nenhuma intuição da própria alma como um objeto; consiste apenas numa forma determinada unicamente sob a qual é possível a intuição do seu estado interno, de modo a tudo o que pertence às determinações internas ser representado em relações de tempo. O tempo não pode ser intuído externamente, tampouco quanto o espaço como algo em nós”. (CRP B37)

Nós temos acesso somente a fenômenos, levando em consideração que espaço e tempo são intuições puras, e como forma da sensibilidade, é o único meio que podemos perceber os objetos. Não temos acesso as coisas em si mesmas.

Henry E. Allison, autor que recorreremos para nos auxiliar na reflexão, mostra em seus escritos que, as coisas consideradas em si mesmas nos afetam em



alguma medida, admite isso sem deixar de lado a tese de incognoscibilidade nem fazendo uso indevido das categorias além do seu uso empírico. Essa postura de ALLISON demonstra que é possível um uso menos controverso do conceito de coisa em si.

Quando Kant fala de fenômeno e coisa em si, segundo ALLISON (1992), não podemos nos esquecer que ele parte de dois níveis diferentes, o empírico e o transcendental. Para não recorrermos a erros, é de grande importância que tenhamos claro em nossa mente essa diferenciação entre níveis, para não julgarmos mal a Kant fugindo de suas próprias intenções.

Para ALLISON (1992) idealidade significa existir na mente ou depender dela, ao passo que realidade indica independência da mente. No sentido empírico, idealidade dizer respeito a dados privados de uma consciência individual, o que significa dizer, estados da consciência como tais. A realidade é o que se refere ao reino dos objetos da experiência humana acessíveis de modo intersubjetivo. No nível empírico a distinção idealidade/realidade é fundamentalmente entre os aspectos subjetivos e objetivos da experiência humana.

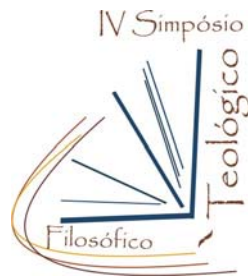
No nível transcendental, idealidade é um termo que caracteriza condições universais, necessárias, o que diz, a priori do conhecimento humano. O real no nível transcendental é possível quando pode ser caracterizado e predicado independentemente de qualquer apelo, ou seja, estar fora da mente significa estar fora da sensibilidade e de suas condições. Esse objeto real transcendental é um nômeno. (ALLISON, 1992)

Por esta perspectiva, os fenômenos quando tratados no nível transcendental são entidades espaços-temporais, coisas somente enquanto sujeitas às condições de sensibilidade humana. A coisa em si, no nível transcendental, é tratada como independentes das condições espaços-temporais.

Esta separação entre empírico e transcendental pode gerar uma diferenciação entre duas etapas no processo reflexivo ou estágio de consideração das coisas, pode-se supor que o segundo pressupõe o primeiro, ou seja, o segundo é adquirido reflexivamente a partir de uma abstração do conteúdo empírico de representações, considerados como primeiro.

A diferenciação entre objetivo e subjetivo do ponto de vista transcendental levanta algumas questões. Existe uma dificuldade em separar o nível empírico do transcendental. Os fenômenos são representações, e somente conhecemos fenômenos, não coisas em si mesmas. Estas representações não podem ser julgadas como objetiva, tendo em vista que tal afirmação apela para experiência, e consequentemente tomamos o fenômeno não como meras representações, mas como coisas em si mesmas, daí caminharíamos para o mesmo erro dos dogmáticos. “Com efeito, tal faculdade intui então a si mesma não como representaria a si imediata espontaneamente, mas segundo o modo como é afetado internamente, consequentemente como aparece a si e não como é”. (CRP B69-70)

ALLISON (1992) acredita que não é suficiente dizer que o conhecimento humano é governado por certas condições para que seja conhecimento de meras representações. CRP BXXIX “(...) se a Crítica não tivesse antes nos



instruído sobre a nossa inevitável ignorância acerca das coisas em si mesmas e limitado a meros fenômenos tudo o que podemos conhecer teoricamente (...)” Talvez fosse melhor dizer que conhecemos 'presentificações', conhecemos coisas reais ou possíveis sob certas condições epistêmicas e circunstanciais. Seguindo o pensamento de Allison, no Idealismo Transcendental de Kant, ele reconhece que algo deve ser dado à mente na intuição sensível, e este algo não é intuído, o que permite concluir como não conhecido por si mesmo. Esta tese implica a existência de coisas por si mesmas enquanto entidades diferentes dos fenômenos, sendo que são representações objetivas das coisas e não as próprias coisas.

Chegamos a um momento importante da discussão, que poderemos galgar de forma mais acirrada acerca da representação, o objetivo e o subjetivo neste processo, é o que dispomos a trabalhar neste projeto. Uma leitura de Kant, sobre o problema da coisa em si versus fenômeno, partindo de uma reflexão proposta por Allison, conforme começamos a demonstrar.

## METODOLOGIA

O trabalho será realizado com base em uma pesquisa bibliográfica.

Após ter definido o tema e ter feito um levantamento bibliográfico preliminar. Formulamos o problema com bases em leituras feitas como sugere a fase anterior. Pesquisamos obras do próprio autor, e mais algumas obras complementares.

O passo seguinte para este trabalho será elaborar um plano provisório de estudo, isso norteará no levantamento das fontes de pesquisa, sendo elas livros de leitura corrente, obras de referência, periódicos científicos e outros.

Na leitura deste material obtido, seguiremos os seguintes passos metodológicos: “identificar as informações e os dados constantes do material impresso; estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto; analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores”<sup>2</sup>.

Identificando nas obras os elementos importantes para a pesquisa, analisaremos os textos hierarquizando em grau de importâncias o que melhor comporá a chave de leitura para a solução do problema. Uma leitura interpretativa servirá para identificar e o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução. Isso será feito tendo o cuidado de não interpretar de forma subjetiva, o que comprometerá a validade científica do projeto. As ligações serão feitas com base em teorias comprovadas sobre o tema.

Para melhor retenção dos conteúdos lidos serão feitas fichas de leituras e em seguida a redação de relatório. Este relatório deverá ser precedido de um

---

<sup>2</sup> Gil (2002)



ordenamento lógico e coerente do que foi pesquisado, para que todo o trabalho possa ser entendido como unidade dotada de sentido.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

**Será enviada em outro anexo, pois não tenho acesso a ela agora.**

Allison, Henry E.

Título: El idealismo trascendental de Kant : una interpretacion y defensa / Henry E. Allison ; prologo y traduccion de Dulce Maria Granja Castro.

Imprenta Barcelona : Anthropos, 1992. 527p.